

**ANÁLISE DAS MEDIDAS DE RENDA, DISTRIBUIÇÃO E POBREZA DOS
MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BARRAGEM CASTANHÃO CEARÁ**

ROBÉRIO TELMO CAMPOS; KILMER COELHO CAMPOS;

UFV

VIÇOSA - MG - BRASIL

roberio@ufc.br

PÔSTER

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

**ANÁLISE DAS MEDIDAS DE RENDA, DISTRIBUIÇÃO E POBREZA DOS
MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BARRAGEM CASTANHÃO
CEARÁ¹**

Grupo de Pesquisa: 9 – Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional

Resumo: Objetiva-se realizar o macrodiagnóstico econômico-social dos municípios que compõem a área de influência do reservatório da barragem Castanhão no Estado do Ceará. Utilizam-se dados secundários e o método descritivo para análise e discussão dos resultados, após cálculos de frequências, tabelas e outras informações estatísticas selecionadas. Os resultados mostram que, em termos gerais, os municípios apresentaram rendas *per capita* muito baixas; a desigualdade de renda piorou para todos os municípios da amostra; no período de 1991 a 2002 houve melhora do IDH para todos os municípios do estudo; a percentagem de indigentes, a percentagem de pobres e as percentagens de crianças indigentes e pobres reduziram-se durante o período de 1991 a 2000; e, há um elevado percentual de pessoas com rendimentos de até um salário mínimo.

Palavras-chaves: Renda, distribuição de renda, pobreza, Barragem Castanhão.

**ANALYSIS OF INCOME, DISTRIBUTION AND POVERTY MEASURES OF THE
MUNICIPALITIES IN THE AREA OF INFLUENCE OF THE CASTANHÃO DAM,
CEARÁ**

Abstract: This study aims to carry out the economic-social macro-assessment of the municipalities that compose the area of influence of the Castanhão dam in the State of Ceará. It was used secondary data and descriptive method for the analysis and discussion of the results, after the calculations of frequencies, tables and other selected statistical information.

¹ Este artigo faz parte de relatório de pesquisa intitulado “Zoneamento Ecológico-Econômico das Áreas de Influência do Reservatório da Barragem do Castanhão”, financiado por meio de convênio firmado entre o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

The results show that, in general terms, the municipalities had very low per capita incomes; the income inequality increased for all municipalities of the sample; in the period from 1991 to 2002, there was no improvement on the municipalities' overall HDI; the percentage of indigents, the percentage of poor and the percentages of indigent and poor children reduced during the period from 1991 to 2000, and there is a high percentage of people with incomes of up to a minimum wage.

Key words: Income, income distribution, poverty, Castanhão dam.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente critica-se bastante a elaboração de planos de desenvolvimento que adotam o enfoque setorial. Os argumentos são de que essa técnica não permite visualizar os complexos e articulados problemas e necessidades do conjunto da população. Os programas e políticas de investimentos são vistos e implementados de forma isolada, sob a óptica unidimensional, ou melhor, planeja-se a saúde desligada dos problemas da educação e produção, sem levar em conta a dimensão dinâmica de um processo maior. Assim sendo, esse enfoque neutraliza a interdependência dos problemas de educação, saúde, habitação, ambientais, saneamento e de uso e ocupação do solo, entre outros, nos planos de ação.

Jara (1998) defende um enfoque integrador do espaço territorial para permitir listar e analisar os problemas e necessidades sob uma visão multidimensional. Desta forma, propõe a formulação de planos compatíveis com a vocação dos ecossistemas locais, integrados às necessidades da população e às políticas interna e externa, enfim, baseados no *ordenamento territorial*. A sociedade local deve indicar como o território zoneado deve ser utilizado, com o objetivo de maximizar tanto o bem-estar coletivo como a justiça social, atendendo também a qualidade ecológica.

Não se trata apenas de entender as formas de organização do espaço físico municipal. O *ordenamento territorial* visa identificar as áreas territoriais ou zonas homogêneas que explicam as diversas situações ambientais e sociais existentes dentro do espaço municipal, com o objetivo de determinar tanto as potencialidades e oportunidades quanto as restrições e vulnerabilidades, para chegar, mediante diálogo político, à definição das bases ou acordos para uma relação sustentável entre as comunidades e a natureza (JARA, 1998, p. 119).

Ainda o mesmo autor entende que, para o longo prazo, o ordenamento territorial permite definir uma estratégia ecopolítica municipal de prisma diferenciado, para que a satisfação das necessidades sociais sejam compatibilizadas com as restrições ambientais, ou seja, deve haver o uso racional do território, sem pressão para exploração dos recursos naturais, dentro do espírito de solidariedade entre os atores sociais presentes e futuros. Neste sentido, o desafio técnico é a formulação e a execução de propostas adaptadas para cada contexto sociológico específico, visando a uma adequada localização das práticas agrícolas e/ou industriais, sintonizada com a capacidade dos ecossistemas locais.

A elaboração do *zoneamento* territorial do município, ou seja, o desenho de um *mapa pluridimensional*, possibilita identificar as áreas representativas dos ecossistemas locais e elaborar um retrato ecológico-social e econômico-institucional, permitindo conhecer os modos de convivência das comunidades com o meio ambiente imediato, identificando as potencialidades, bem como as restrições, os desequilíbrios e as vulnerabilidades decorrentes das formas de uso, ocupação e manejo do recursos naturais (JARA, 1998, p. 120).

Cada local tem sua realidade espacial específica em termos de estrutura socioeconômica, condições produtivas, situações políticas e características ambientais, o que determina a formulação de cenários diferenciados, segundo as dinâmicas locais que estão estreitamente vinculadas às tendências maiores impulsionadas pelo sistema microrregional, regional, estadual, nacional e mundial. Portanto, faz-se necessário empreender um *diagnóstico micro-macro* para que se possa articular os processos em escala local ou microterritorial com os macro-processos em escala microrregional e regional. Desta forma, pode-se identificar e enquadrar nos cenários as interconexões e a multidimensionalidade das articulações que circunscrevem e transpassam a realidade local.

O diagnóstico micro-macro alimenta o processo de *planejamento* que deve ser também *micro-macro*, objetivando harmonizar e articular as potencialidades e problemas locais com as condicionantes maiores que se situam no contexto estadual ou regional. É impossível entender as dinâmicas socioeconômicas locais fora do contexto da sua inserção na economia mais ampla, que representa seu quadro de referência (JARA, 1998).

O presente artigo se propõe a realização de um diagnóstico macro e social dos municípios que abrangem a área de maior influência exercida pelo açude Castanhão. Especificamente, se analisa aspectos sociais através das medidas de desenvolvimento, de distribuição de renda e indicadores de pobreza para os municípios abrangidos pelo açude Castanhão.

2. METODOLOGIA

2.1 Área de Estudo

A pesquisa de campo foi desenvolvida objetivando a coleta de dados e informações a serem utilizados no diagnóstico macroeconômico da área de maior influência exercida pelo Açude Castanhão. Assim sendo, foi efetuada uma coleta de dados secundários da área objeto do estudo, que abrange os municípios de Alto Santo, Dep. Irapuan Pinheiro, Ererê, Ibicuitinga, Iracema, Itaiçaba, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Milhã, Morada Nova, Orós, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Solonópole e Tabuleiro do Norte, no estado do Ceará.

2.2 Método de Análise

A análise e a interpretação dos dados foram efetuadas de acordo com o método descritivo e com a técnica de análise tabular, com a utilização de frequência absoluta e relativa das variáveis selecionadas.

A proposta do presente estudo é a realização de um diagnóstico social dos municípios que abrangem a área de maior influência exercida pelo Açude Castanhão. Na análise dos aspectos sociais, utilizaram-se as medidas de desenvolvimento, tais como renda *per capita*, renda domiciliar e índice de desenvolvimento humano (IDH); as medidas de distribuição da renda, tais como a razão de Kuznets e o índice de Gini; e os indicadores de pobreza, tais como a linha de pobreza, uma proposta metodológica a partir dos dados das PNADs e a classe de rendimento nominal.

2.2.1 Medidas de Desenvolvimento

O objetivo final do processo de desenvolvimento consiste em melhorar as condições de vida da população. Naturalmente que, as condições de vida, ou de bem-estar, dependem de uma grande quantidade de fatores. Existe um conjunto de necessidades básicas a

ser coberta simplesmente para garantir a subsistência: alimentação, saúde, moradia, vestuário, entre outras; há outro conjunto de necessidades que vão surgindo com o processo de desenvolvimento: educação, acesso a cultura, lazer, e outras, que são indispensáveis para a população exercer uma vida social digna e sua cidadania. Em cada momento, o nível das necessidades básicas, depende do nível de desenvolvimento alcançado e dos usos e costumes de cada sociedade em particular.

a) Renda *per capita*

A renda *per capita* constitui-se num dos principais indicadores sociais para se identificar a condição de vida de uma população. O seu cálculo, leva em conta a renda familiar por pessoa residente no domicílio que, normalmente, envolve as diversas fontes de renda e variações do número de filhos e agregados familiares. Deve-se ressaltar que este indicador deve ser analisado com cautela, pois em alguns casos a concentração de renda pode ofuscar a pobreza em razão de uma determinada camada da população apresentar-se com renda muito alta, superior a média. No entanto, uma renda *per capita baixa* é sinal indubitável da presença de uma população pobre.

b) Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) surgiu como crítica as comparações que se faziam sobre o nível de desenvolvimento – ou bem-estar – entre os países, baseados no valor do PIB ou inclusive do PIB *per capita*. Para o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), seguindo a argumentação de Amartya Sen, o valor do produto gerado em um país, não necessariamente é um bom indicador do nível de desenvolvimento alcançado. Partindo-se do reconhecimento de que o fim último do desenvolvimento é melhorar o bem-estar das pessoas, havia a necessidade de desenvolver um indicador que permitisse observá-lo de maneira mais direta. O simples valor do produto gerado em um ano é, certamente, uma maneira imperfeita de medir o bem-estar. O importante, segundo esta visão, não é medir o tamanho da produção, mais o uso que se faz dela, ou seja, a maneira na qual esta se traduz em desenvolvimento humano.

O problema proposto é: qual são as variáveis que permitem comparar efetivamente, o nível de desenvolvimento humano de distintos países, regiões ou municípios. O PNUD propõe três indicadores de bem-estar: a) longevidade, medida como a esperança de vida ao nascer, que tenta captar a capacidade das pessoas para ter uma vida saudável; b) escolaridade, medida como uma variável composta que inclui a taxa de alfabetização dos adultos e a taxa bruta de matrículas no primário e secundário, que tenta medir a capacidade das pessoas para conhecer e entender seu entorno; c) a terceira dimensão de desenvolvimento é o "nível geral de vida" alcançado, medido através do valor real do produto interno bruto *per capita*, utilizada como variável proxy para captar todas as outras dimensões do desenvolvimento humano.

A estimação do IDH está baseada na proposta de que o objetivo último do processo de desenvolvimento consiste em melhorar as condições de vida da população, ou seja, o desenvolvimento humano e não a mera produção de bens e serviços. Uma maneira simples de avaliar o avanço de desenvolvimento de cada país, região ou município é comparar o lugar que ocupa de acordo com o valor do IDH, com o lugar que ocupa esse mesmo país, região ou município, com relação ao valor de seu PIB *per capita*. Um país, região ou município cuja diferença tenha valor negativo, por ter uma posição em termos de IDH menor do que sua posição em termos de renda, é um país, região ou município cuja produção não é utilizada para melhorar o bem-estar de seus cidadãos. Ao contrário, se a diferença entre a ordem

do IDH e a ordem do PIB *per capita* resultar positiva, conclui-se que o país, região ou município em questão, efetivamente investe seus recursos para promover o desenvolvimento humano.

2.2.2 Medidas de Distribuição da Renda

Uma das limitações do PIB *per capita* como medida de bem-estar – aplicada também para o IDH que incorpora o PIB *per capita* como uma de suas variáveis – é que se trata de uma medida média que leva em conta a maneira de como se distribuem os bens e serviços produzidos entre a população. Na medida em que a distribuição da renda não é homogênea, os níveis de bem-estar entre diversos setores da população também podem ser muito distintos em um mesmo país, dependendo da maneira que estejam distribuídos os recursos entre os indivíduos. Portanto tem surgido diversas formas de medir ou qualificar as magnitudes de desigualdades distributivas; em continuação analisa-se um conjunto delas.

a) A Razão de Kuznets

Uma maneira simples de se medir a distribuição de renda de uma sociedade, consiste em efetuar uma comparação entre as rendas dos indivíduos mais ricos relativamente a dos mais pobres. Simon Kuznets criou esta forma de medição que ficou conhecida como *a razão de Kuznets*. Normalmente se compara a renda de 20% dos indivíduos mais ricos relativamente a renda de 20% dos indivíduos mais pobres ou os 40% mais ricos em relação aos 40% mais pobres ou ainda os 10% mais ricos em razão aos 10% mais pobres.

Quanto maior for esta razão, maior será a distância de rendas entre pobres e ricos e, portanto, maior será a desigualdade. A razão de Kuznets tem a vantagem de ser uma medida de desigualdade muito simples, que se calcula de maneira fácil, e de dar uma primeira idéia de quão dispersa é a distribuição de renda. No entanto, apresenta como desvantagem o fato de registrar o que ocorre somente nos extremos da distribuição, ignorando a proporção da renda apropriada pelos grupos médios e sua dispersão.

b) Índice de Gini

Esta é uma das medidas utilizadas com maior frequência porque permite fazer uma medição da desigualdade entre todos os indivíduos. A construção do Índice de Gini está baseada na curva Lorenz que é uma representação gráfica da forma como se distribui a renda de uma sociedade. A curva de Lorenz representa a proporção acumulada de indivíduos no eixo horizontal, ordenadas de menores para maiores rendas, para comparação com a proporção acumulada de renda no eixo vertical. Assim, encontra-se a proporção da renda correspondente a cada parcela de indivíduos e traça-se com estes pontos, a chamada curva de Lorenz.

O Índice de Gini é uma medida da área que está entre a curva de Lorenz e a linha de igualdade perfeita (representada no gráfico pela área A) como proporção da área total do triângulo que está abaixo de linha de igualdade perfeita. O Índice de Gini é, então, igual a razão entre as duas áreas: $A/(A+B)$. No caso extremo (hipotético) em que haja uma distribuição igualitária, a área A é igual a zero. No outro extremo, em que todos os indivíduos de uma sociedade têm rendas zero, exceto um indivíduo que concentra toda a renda, a curva de Lorenz coincide exatamente com os lados do triângulo e o Índice de Gini é igual a um.

Este segundo caso extremo de desigualdade total pouco se observa em algum país. Na realidade, o Índice de Gini admite valores entre zero e um. Quanto mais distante

estiver a curva de Lorenz da linha de igualdade perfeita, maior a desigualdade e o Índice de Gini será maior se ele estiver próximo de um.

Pode-se generalizar, então, que o Índice de Gini varia entre zero e um, e quanto maior for a desigualdade da distribuição de renda, maior será o índice.

A busca de uma maior igualdade tem um valor intrínseco na maioria das sociedades. Um aumento da desigualdade normalmente se identifica como uma perda do bem-estar porque causa aumento das diferenças sociais. As mudanças na desigualdade, entretanto, não são suficientes para dar conta do que sucede com os níveis de renda e o bem-estar dos indivíduos ou das famílias pobres. Imagine uma redução no valor do Índice de Gini em decorrência de uma transferência de renda dos mais ricos – decil 10, por exemplo – para a classe média – decil 7. Nesse caso, a desigualdade na distribuição de renda dessa sociedade diminuiria, porém a renda dos mais pobres ficaria intacta: maior igualdade não necessariamente implicaria menor pobreza. Necessita-se, então, apresentar indicadores específicos que permitam avaliar as condições de vida das famílias com menores rendas.

2.2.3 Indicadores de Pobreza

Segundo Barros (2000), o nível de renda *per capita* do Brasil não o qualifica como um país pobre no cenário internacional, já que, cerca de 64% dos países do mundo têm renda *per capita* inferior à brasileira. Contudo, apesar de ser relativamente rico, o Brasil é um país extremamente desigual. Comparando-se o Brasil com os demais países do mundo, percebe-se que o grau de pobreza no Brasil é significativamente superior a dos países com renda *per capita* similar a brasileira, o que indica a relevância da má distribuição dos recursos para explicar a intensidade da pobreza nacional.

O Brasil é o país que apresenta o maior grau de desigualdade, onde a renda média dos 20% mais ricos representa mais de 30 vezes a renda média dos 20% mais pobres. Isso, em contraste com a grande maioria dos países onde essa razão é inferior a 10. Ao longo das duas últimas décadas, os 10% mais ricos da população brasileira se apropriaram de cerca de 50% do total da renda, enquanto os 50% mais pobres detêm pouco mais de 10% da renda. Além disso, 1% da população mais rica detém, uma parcela superior a apropriada pela metade de toda a população brasileira (BARROS, 2000).

A persistência de altos índices de pobreza na América Latina é um dos grandes problemas das sociedades atuais. Para se falar de pobreza é necessário desenvolver indicadores que permitam medir sua evolução no tempo, sua incidência por regiões ou grupos específicos e que permita construir perfis de pobreza que proporcionem informações úteis sobre as características desses grupos de população. Novamente, falar de pobreza remete a discussão sobre bem-estar. A pobreza é a falta de bem-estar. Para definir a pobreza, deve-se, em primeiro lugar, definir o bem-estar e o tipo de indicadores que permitem medi-lo. Em segundo lugar, necessita-se definir um nível mínimo de bem-estar abaixo do qual se diz que há pobreza. Ou seja, deve-se definir um critério de classificação que permita separar a população entre pobres e não pobres.

Finalmente, necessita-se encontrar um índice que permita agregar vários indicadores específicos em uma só medida de pobreza. A elaboração de um índice para medir a incidência e a profundidade da pobreza e sua evolução no tempo não é uma tarefa simples. A pobreza é um problema complexo que não se pode reduzir a uma só dimensão. A pobreza pode ser representada como a falta de renda suficiente para cobrir as necessidades mínimas de uma família, porém a pobreza também se associa com uma educação deficiente, más condições de moradia, falta de acesso a serviços básicos como água potável e saneamento básico, ou falta de acesso a serviços de saúde. Na medida em que a pobreza é multidimensional, tem surgido também diversas propostas metodológicas para sua medição.

Nesta seção, apresenta-se um indicador que se utiliza com muita frequência: a pobreza medida a partir da renda dos domicílios – conhecida como linha de pobreza.

Vale salientar que para a análise do impacto das políticas sociais e para o desenho de referidos programas, supondo que a redução da pobreza é o objetivo central, a construção de um perfil de pobreza – e sua consistência - é muito mais importante do que a simples medição da pobreza.

Segundo Corrêa (2000), em 1998, 79% das pessoas ocupadas na agricultura da região Nordeste (cerca de 3 milhões de pessoas) estavam abaixo da linha de pobreza (equivalente a um salário mínimo de agosto de 1980, conforme o INPC-correspondente a R\$ 174,15). Esses níveis de pobreza são considerados elevados e inaceitáveis socialmente. Diante disso, não restam dúvidas de que se necessita, nesta Região, de um novo caminho que permita uma maior participação da sociedade na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento, assegurando assim um progresso ordenado e cooperativo.

a) Linha de Pobreza

A grande maioria dos estudos ligados ao problema da indigência e/ou pobreza tanto no Brasil como em organismos internacionais como a CEPAL e o Banco Mundial, definem um determinado valor monetário e calculam o número de famílias cuja renda é inferior a esta linha.

A *linha de indigência* refere-se à renda mínima necessária para adquirir uma cesta de alimentos com quantidades energéticas mínimas ou recomendadas. A *linha de pobreza* é superior à linha de indigência pois inclui, além do valor da cesta de alimentos, todas as outras despesas não-alimentares, como vestuário, moradia, transportes, etc.

Na análise da CEPAL/IPEA/PNUD (2002), na definição de metas do milênio, a pobreza extrema foi fixada como sendo a renda *per capita* familiar que fosse inferior a US\$ 1 por dia em 1990 (equivalente a US\$ 1,24 por dia ou US\$ 37,2 mensais em 1999). Esta medida de US\$ 1 não faz diferença entre as rendas percebidas por famílias urbanas ou rurais, contrariamente a linha de pobreza calculada pela CEPAL e a de muitos países da região. A CEPAL, por exemplo, fixa a linha de indigência (o valor da linha de indigência se refere as rendas necessárias para cobrir uma cesta básica de alimentos) e a linha de pobreza (o valor da linha de indigência multiplicado por dois) rurais como 75% do valor obtido pelas famílias urbanas, enquanto alguns países trabalham com várias linhas de pobreza, por grandes áreas geográficas.

Sem entrar em discussão se são corretas e válidas as razões que levaram a CEPAL a ajustar para baixo a linha de pobreza das zonas rurais, então a linha de pobreza extrema de 1 US\$ ao dia deveria ser ajustada para a população rural US\$ 0,75 (ou US\$ 27,9 por mês em 1999).

Entre os métodos que definem a linha de indigência ou pobreza definida pela renda destacam-se aqueles que se utilizam da proporção do salário-mínimo. Este método é bastante utilizado pois, em tese, o salário mínimo deveria suprir as necessidades básicas, não só da alimentação mas também da moradia, vestuário, etc. Os valores comumente utilizados como linha de pobreza são de $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ do salário mínimo, como em Hoffmann (2001) por exemplo.

Desta forma, Hoffmann refere-se à proporção de pessoas com rendimento familiar *per capita* igual ou menor do que o valor real de $\frac{1}{2}$ ou $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de agosto de 1980 (R\$ 92,29 e R\$ 46,15 em moeda de setembro de 1999, respectivamente). É importante salientar que Hoffmann não se propõe a estabelecer, por meio deste método, o número de pessoas indigentes ou que passam fome, mas unicamente os pobres.

Garcia (2001), ao elaborar uma proposta de avaliação de políticas públicas, propõe o uso do conceito de *patamar mínimo de existência com dignidade*, que se expressaria pela posse de uma quantidade mínima de patrimônio e renda. Essa quantidade mínima é definida a partir da linha de pobreza de 1,5 salários mínimos *per capita*, que resulta em um valor de R\$ 226,50 em 1999.

b) Uma proposta metodológica a partir dos dados das PNADs

Em contribuição a este debate, Takagi; Graziano da Silva; Del Grossi (2001) buscaram uma metodologia para mensuração de pobres no Brasil que permitisse superar algumas das limitações levantadas anteriormente. A seguir, apresenta-se uma breve descrição desta metodologia e, em seguida, uma análise dos principais resultados obtidos.

Conforme abordado anteriormente, a definição da linha de pobreza envolve certas arbitrariedades. Takagi; Graziano da Silva; Del Grossi (2001) optaram por utilizar o valor da renda familiar *per capita* de US\$1,00 por dia como linha da pobreza. Esse valor foi empregado originalmente pelo Banco Mundial no *Relatório do Desenvolvimento Mundial de 1990: Pobreza* e teve como base os preços internacionais de 1985, ajustados para moedas locais pela PPP (paridade do poder de compra), que leva em consideração os preços locais de bens e serviços, especialmente aqueles não comercializados internacionalmente. A LP de US\$ 1,00 foi considerada como a linha de pobreza extrema, por ser representativa da linha de pobreza encontrada entre os países mais pobres do mundo, em 1985. Em 1993, o Banco Mundial estimou novamente os valores da PPP e obteve um valor de US\$ 1,08 para a linha de pobreza, que é o equivalente ao US\$ 1,00 com base na PPP de 1985. Segundo o Banco Mundial, a linha de US\$ 1,08 é equivalente à linha de pobreza esperada para o país mais pobre de uma amostra de 33 países selecionados em função de disponibilidade das informações requeridas, a maioria deles da Ásia e África.

Os principais problemas desta metodologia, apontados pelo próprio Banco Mundial, são a utilização de uma única linha de pobreza sem considerar as diferenças de custos de vida entre áreas urbanas e rurais e entre as regiões dos países e a não-quantificação do autoconsumo alimentar, além das doações alimentares e de outros bens em espécie recebidos pelas famílias pobres.

Procurando contornar estes problemas, os referidos autores adotaram uma regionalização da linha de pobreza de US\$ 1,08 *per capita*, convertido pelo câmbio do dólar diário médio de setembro de 1999, com base nos índices de preços regionais de custo de vida de Ferreira; Lanjouw e Néri (2000), que utilizaram os dados da PPV (Pesquisa sobre Padrões de Vida de 1996). A área rural do Nordeste foi tomada como base (R\$ 62,29), por ser a região de menor custo na referida pesquisa, acrescentando-se para as demais regiões, os diferenciais dos custos de vida distintos para as áreas metropolitana, urbana não-metropolitana e rural, de acordo com os procedimentos relatados em Takagi; Graziano da Silva e Del Grossi (2001). Assim sendo, o valor de R\$ 62,29 resultou do seguinte cálculo: cotação média de Setembro/99 = R\$ 1,8926/1US\$ x 1,08 = R\$ 2,05; R\$ 2,05 x 365/12 meses = R\$ 62,29 (renda familiar per capita mensal) do NE rural.

Utilizando-se a cotação de 26/04/2005 = R\$ 2,5355/1 US\$ x 1,08 = R\$ 2,74; tem-se R\$ 2,74 x 365/12 meses = R\$ 83,34, que é a renda familiar per capita mensal para as áreas rurais do Nordeste brasileiro e que define a linha de pobreza para o momento a ser considerada no presente estudo. Vale salientar que esta cotação considerada é uma das mais baixas verificadas nos últimos dois anos. Em 2004, a cotação do dólar apresentou valores bem maiores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Medidas de Desenvolvimento

a) Renda *per capita*

Para a avaliação do nível de renda da população que compõe as zonas de influências direta e indireta do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Castanhão, totalizando 22 municípios, foram considerados os dados da publicação do Cepal/Ipea/Pnud (2002).

Analisando-se a Tabela 1, observa-se que, em termos gerais, os municípios apresentaram, em 1991, rendas *per capita* muito baixas e que, mesmo após uma década, a situação ainda é muito precária. Para 2000 despontam como os de cinco melhores níveis de renda em ordem decrescente, relativamente aos demais, os municípios de Limoeiro do Norte (R\$ 131,90), Tabuleiro do Norte (R\$ 123,40), Jaguaribe (R\$ 119,71), São João do Jaguaribe (R\$ 110,74) e Russas (R\$ 110,33). Inversamente, os cinco piores municípios em nível de renda *per capita* foram Ibicuitinga (R\$68,08), Palhano (R\$68,55), Potiretama (R\$71,30), Ererê (R\$77,71) e Orós (R\$78,54). Apenas para fins de comparação, a renda *per capita* do Município de Fortaleza, em 2000, foi de R\$ 306,70, Crato (R\$ 168,05), Iguatu (R\$ 151,13), Sobral (R\$151,57) e Juazeiro do Norte (R\$ 147,11).

Especificamente para os municípios da área de influência direta do Castanhão, tem-se como primeiro maior detentor de renda *per capita*, em 2000, Jaguaribe(R\$ 119,71), vindo em seguida, Alto Santo (R\$ 92,75), Jaguaribara (R\$ 89,02) e Jaguaretama (R\$ 86,89). Assim, este indicador que tem como um dos objetivos caracterizar as reais possibilidades de consumo da população local, mostra a precária situação, em termos de condição de vida e dinâmica econômica, desses municípios.

Vale ressaltar que a elevada concentração da população no setor urbano faz com que a renda seja a fonte principal, quando não a única, para a manutenção da família, ao contrário de regiões onde a maior parte da população é ocupada no setor agrícola e vive nos estabelecimentos onde trabalha.

Observa-se também que a percentagem da renda proveniente de transferências governamentais, nos municípios da área de influência direta, varia de um mínimo de 20,59% em Jaguaribara para um máximo de 23,46% em Jaguaretama, guardando uma relação inversa com o percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho que, para os referidos municípios, gera 60,10% e 51,98%, respectivamente. Estes resultados indicam a carência de ocupação e emprego que existem nesses municípios.

Essa participação do governo na vida do município, faz com que 19,57% das pessoas de Jaguaribara tenham mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais contra 23,70% em Jaguaretama. Em Fortaleza, por exemplo, apenas 14,51% da renda das pessoas provêm de transferências do governo e 70,63% têm origem dos rendimentos do trabalho, além de que somente 11,96% das pessoas têm mais de 50% da renda originária de transferências governamentais.

Para a área total em estudo, o maior percentual de transferências governamentais ocorre nos municípios de Solonópole (31,95%), Deputado Irapuan Pinheiro (29,54%), Orós (29,55%), São João do Jaguaribe (28,71%), Pereiro (28,51%) e Iracema (27,24%), indicando existir uma maior presença do governo em municípios que detêm menores rendas *per capita*.

b) Renda Domiciliar

Pela análise da Tabela 2, pode-se constatar que, dentre os municípios que fizeram parte da amostra total, em 1991, o maior percentual da renda apropriado pelos 20% mais

pobres da população do estudo foi de Jaguaruana (4,50), seguido de perto por Alto Santo (4,43) e São João do Jaguaribe (4,40). As piores situações foram de Ererê (2,65), Pereiro (2,86) e Ibicuitinga (2,90). De 1991 para 2000, a desigualdade piorou para todos os municípios da amostra. Para estes três últimos municípios citados os índices caíram para 1,52%, 0,00% e 0,00%, respectivamente.

Em 1991, para todo Estado do Ceará, o Município com o melhor valor desse indicador foi Senador Sá, com um quantitativo de 6,30, e o Município com o pior valor foi Granjeiro, com 1,45. Para 2000, o percentual da renda apropriado pelos 20% mais pobres da população de todos os municípios do Ceará piorou, pois o melhor valor foi de Uruburetama (4,37) e 25 municípios ficaram empatados com o pior valor (0,00).

Em 2000, dos 22 municípios que compõem o ZEE do Castanhão, 6 (27,27%) tinham um valor entre 0,00 e 1,00; 8 (36,36%) tinham um valor entre 1,00 e 2,00; 6 (27,27%) tinham um valor entre 2,00 e 3,00; 2 (9,10%) tinham um valor maior do que 3,00.

Dados para o Estado do Ceará, para 1991, em termos de população, mostram que 25.843 (0,4%) pessoas viviam em municípios com um percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população entre 1,20 e 1,80; 1.886.162 (29,6%) entre 1,80 e 2,40; 700.173 (11,0%) entre 2,40 e 3,00; 1.019.140 (16,0%) entre 3,00 e 3,60; e 2.735.333 (43,0%) igual a 3,60 ou maior. Em 2000, também para o Estado, 2.801.218 (37,7%) pessoas viviam em municípios com um(a) percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população entre 1,20 e 1,80; 3.437.105 (46,3%) entre 1,80 e 2,40; 973.174 (13,1%) entre 2,40 e 3,00; 197.006 (2,7%) entre 3,00 e 3,60; e 22.158 (0,3%) igual a 3,60 ou maior.

Evidencia-se que o comportamento do Estado é o mesmo para os 22 municípios que compõem tanto a zona de influência direta como indireta do ZEE do Castanhão, ou seja, vem aumentando a população pobre por parcela ou faixa de renda apropriada.

Observa-se também que no ano de 2000, cerca de 66,71% da renda de Jaguaribe, por exemplo, era apropriada pelos 20% mais ricos, enquanto que apenas 33,29% da renda era apropriada pelos 80% mais pobres da população. Todos os municípios da área de influência direta do Castanhão seguem o mesmo comportamento de elevada concentração de renda nas mãos de poucos.

TABELA 1 – Indicadores do nível e composição da renda, 1991 e 2000 – ZEE do Jaguaribe no Estado do Ceará.

Município	Renda per capita, 1991(R\$ de 1º/08/2000)	Renda per capita, 2000((R\$ de 1º/08/2000)	% da Renda Proveniente de Transferências Governamentais, 1991	% da Renda Proveniente de Transferências Governamentais, 2000	% da Renda Proveniente de Rendimentos do Trabalho, 1999	% da Renda Proveniente de Rendimentos do Trabalho, 2000	% de Pessoas c/mais de 50% da Renda Provenientes de Transferências Governamentais, 1991	% de Pessoas c/mais de 50% da Renda Provenientes de Transferências Governamentais, 2000
Alto Santo	62,64	92,75	14,14	22,59	81,34	54,35	11,72	22,07
Dep. Irapuan Pinheiro	56,16	82,78	9,77	29,54	75,54	53,35	13,84	31,55
Ererê	50,79	77,71	12,41	25,89	79,35	42,00	11,57	25,57
Ibicuitinga	53,90	68,08	9,63	25,80	78,94	44,86	8,58	26,07
Iracema	52,41	108,71	12,12	27,24	78,52	42,15	11,51	26,91
Itaíçaba	55,77	79,15	17,77	25,55	78,70	58,48	15,32	26,14
Jaguaretama	56,84	86,89	11,77	23,46	85,07	51,98	8,78	23,70
Jaguaribara	71,11	89,02	12,06	20,59	84,52	60,10	9,47	19,57
Jaguaribe	76,53	119,71	12,41	20,69	85,08	58,73	10,51	20,86
Jaguaruana	66,75	86,29	12,16	21,76	86,81	56,21	10,12	19,95
Limoeiro do Norte	88,10	131,90	12,21	19,81	83,00	61,85	9,57	18,37
Milha	37,12	81,19	15,71	25,82	81,34	57,30	14,27	27,26
Morada Nova	73,92	109,14	12,24	22,74	83,62	60,50	10,15	22,56
Orós	60,52	78,54	13,44	29,55	80,22	55,54	11,47	30,40
Palhano	41,16	68,55	14,14	26,59	78,86	44,49	12,28	28,84
Pereiro	43,18	69,68	10,45	28,51	80,20	26,78	9,94	29,06
Potiretama	48,72	71,30	10,63	22,05	84,24	29,61	8,67	22,12
Quixeré	66,30	82,66	13,30	22,45	82,96	59,92	12,22	23,12
Russas	93,01	110,33	13,42	20,15	82,35	54,39	11,02	19,71
São João do Jaguaribe	75,23	110,74	16,26	28,71	78,08	52,92	13,27	29,74
Solonópole	51,32	83,00	14,46	31,95	82,68	55,50	13,51	34,73
Tabuleiro do Norte	97,63	123,40	11,12	21,56	84,89	57,02	7,27	20,87

Fonte: PNUD/ONU(2002)

TABELA 2 – Porcentagem da renda domiciliar apropriada por faixas da população, 1991 e 2000 – ZEE do Jaguaribe no Estado do Ceará.

Município	% da Renda Apropriada pelos 20% + pobres, 1991	% da Renda Apropriada pelos 20% + pobres, 2000	% da Renda Apropriada pelos 40% + pobres, 1991	% da Renda Apropriada pelos 40% + pobres, 2000	% da Renda Apropriada pelos 60% + pobres, 1991	% da Renda Apropriada pelos 60% + pobres, 2000	% da Renda Apropriada pelos 80% + pobres, 1991	% da Renda Apropriada pelos 80% + pobres, 2000	% da Renda Apropriada pelos 20% mais Ricos, 1991	% da Renda Apropriada pelos 20% mais Ricos, 2000	% da Renda Apropriada pelos 10% mais Ricos, 1991	% da Renda Apropriada pelos 10% mais Ricos, 2000
Alto Santo	4,43	1,4	13,25	8,43	26,55	21,14	46,76	40,82	53,24	59,18	38,25	43,33
Dep. Irap. Pinheiro	3,03	1,94	9,77	7,36	20,83	18,1	38,39	37,97	61,61	62,03	48,24	45,51
Ererê	2,65	1,52	7,72	7,81	15,36	18,86	28,22	40,61	71,78	59,39	60,48	41,54
Ibicuitinga	2,9	0	10,23	6,45	22,98	19,56	45,17	41,53	54,83	58,47	38,01	41
Iracema	3,44	0,27	11,42	5,18	25,63	15,03	47,27	33,61	52,73	66,40	37,25	50,89
Itaiçaba	4,3	1,87	12,91	8,84	26,08	21,77	47,07	43,01	52,93	56,99	35,04	39,41
Jaguaretama	4,34	1,84	11,82	8,93	23,61	20,53	42,25	41,30	57,75	58,70	42,29	42,55
Jaguaribara	3,36	2,33	10,18	9,60	21,81	22,65	40,98	44,19	59,02	55,81	43,25	39,08
Jaguaribe	3,43	1,73	9,94	7,24	20,03	16,88	36,13	33,29	63,87	66,71	50,39	53,37
Jaguaruana	4,50	0,97	13,40	7,73	26,65	19,93	47,29	40,02	52,71	59,98	36,39	43,52
Limoeiro do Norte	4,15	1,97	12,12	8,69	23,88	19,80	42,50	37,63	57,50	62,37	42,87	47,80
Milha	3,91	2,28	12,82	9,28	26,88	22,03	48,12	42,65	51,88	57,35	36,19	40,67
Morada Nova	4,23	2,56	12,25	10,07	24,22	22,31	43,05	41,53	56,96	58,48	42,17	42,84
Orós	4,07	1,43	11,39	8,21	22,87	20,51	42,44	41,62	57,56	58,38	40,72	40,84
Palhano	3,35	0,49	11,55	6,48	24,72	18,13	46,98	38,23	53,02	61,77	35,11	44,71
Pereiro	2,86	0,00	8,28	2,64	17,27	11,68	33,15	30,49	66,85	69,51	51,02	52,80
Potiretama	3,79	0,00	11,47	2,96	23,73	13,36	42,98	35,41	57,02	64,59	41,83	43,74
Quixeré	4,33	3,21	13,31	11,35	26,63	24,13	46,75	43,95	53,26	56,05	38,18	39,24
Russas	3,40	2,34	10,27	9,75	21,09	22,16	38,32	42,46	61,68	57,54	47,71	42,13
São João do Jaguaribe	4,40	2,41	13,25	8,90	26,40	19,82	47,03	38,33	52,97	61,67	36,86	47,65
Solonópole	3,01	3,12	10,20	10,56	21,30	23,66	39,01	45,07	60,99	54,93	47,08	37,83
Tabuleiro do Norte	4,11	2,27	11,52	8,72	23,03	21,11	40,68	42,12	59,32	57,88	44,75	42,33

Fonte: PNUD/ONU(2002)

c) Índice de Desenvolvimento Humano

Analisando-se a Tabela 3, constata-se que no período de 1991 a 2002 houve melhora do IDH para todos os municípios que compõem o ZEE. No entanto, apesar da melhora verificada nesse período, os IDH são ainda considerados baixos, considerando-se que sua escala vai de zero a um.

De todos os municípios, para 2002, os de melhores IDH são Limoeiro do Norte (0,711), Russas (0,698), Tabuleiro do Norte (0,698), São João do Jaguaribe (0,694), Jaguaribe (0,672) e Morada Nova (0,670). Os municípios de piores IDH, ou seja, que apresentaram valores mais baixos são Deputado Irapuan Pinheiro (0,600), Potiretama (0,617), Ererê (0,619), Pereiro (0,626) e Orós (0,627).

Para a zona de influência direta (ZID), o município de melhor IDH é Jaguaribe (0,672), que ocupa a quarta posição no ranking dos municípios em análise, vindo em seguida Jaguaribara (0,653), Alto Santo (0,654) e Jaguaretama (0,645). Apenas para fins de comparação os Municípios de maiores IDH no Estado do Ceará são Fortaleza (0,786), Maracanaú (0,736), Caucaia (0,721) e Crato (0,716). Assim, conclui-se que todos os municípios da ZID podem ser considerados de baixo desenvolvimento humano.

TABELA 3 - Índice de desenvolvimento humano municipal, 1991 e 2000

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Alto Santo (CE)	0,533	0,654
Deputado Irapuan Pinheiro (CE)	0,477	0,600
Ererê (CE)	0,505	0,619
Ibicuitinga (CE)	0,508	0,642
Iracema (CE)	0,513	0,66
Itaiçaba (CE)	0,535	0,641
Jaguaretama (CE)	0,527	0,645
Jaguaribara (CE)	0,553	0,653
Jaguaribe (CE)	0,571	0,672
Jaguaruana (CE)	0,543	0,654
Limoeiro do Norte (CE)	0,609	0,711
Milhã (CE)	0,491	0,632
Morada Nova (CE)	0,565	0,670
Orós (CE)	0,535	0,627
Palhano (CE)	0,521	0,649
Pereiro (CE)	0,508	0,626
Potiretama (CE)	0,509	0,617
Quixeré (CE)	0,536	0,652
Russas (CE)	0,599	0,698
São João do Jaguaribe (CE)	0,581	0,694
Solonópole (CE)	0,527	0,640
Tabuleiro do Norte (CE)	0,573	0,698

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal, 2002.

Fazendo-se uso, *grosso modo*, da metodologia proposta, ao se classificar os municípios em análise em ordem decrescente de IDH e PIB *per capita* e efetuando-se a diferença, verifica-se, especificamente para a ZID, que em Alto Santo e Jaguaribara cujos resultados apresentaram valores negativos, por ter uma posição em termos de IDH menor do

que sua posição em termos de renda, que nesses municípios a produção não está sendo utilizada para melhorar o bem-estar de seus cidadãos. Ao contrário, em Jaguaretama e Jaguaribe a diferença entre a ordem do IDH e a ordem do PIB *per capita* resultou positiva, conclui-se, portanto, que os municípios em questão, efetivamente investem seus recursos para promover o desenvolvimento humano. Estes resultados devem ser vistos com cautela em razão de compreender apenas os municípios do ZEE do Jaguaribe e não todos os municípios do Estado do Ceará.

3.2 Medidas de Distribuição da Renda

a) A Razão de Kuznets e o Índice de Gini

Na Tabela 4 apresentam-se os resultados da razão de Kuznets e do Índice de Gini para os municípios que compõem o ZEE do Jaguaribe.

Observa-se que no período 1991 a 2000, as duas razões entre os 10% e 20% mais ricos relativamente aos 40% mais pobres aumentaram, praticamente, para quase todos os municípios, indicando que acentuaram-se as desigualdades de distribuição de renda, as exceções sendo Ererê, Jaguaribara (em que declinou para a primeira razão e aumentou para a segunda), Russas e Solonópole, que mostraram um leve declínio da razão. Pode-se destacar também a elevadíssima desigualdade experimentada para os municípios de Pereiro (que saltou de 24,66 em 1991 para 80,11 em 2000) e Potiretama (de 14,59 para 59,16), assim como de Ibicuitinga, Iracema, Jaguaruana, Palhano e São João do Jaguaribe que patrocinaram também elevadas desigualdades.

Para os municípios da ZID, à exceção de Jaguaribara, conforme referido anteriormente, todos tiveram acentuação de desigualdade, vindo pela ordem decrescente Jaguaribe, Alto Santo e Jaguaretama.

Na mesma Tabela, apresenta-se o Índice de Gini, assim como o Índice de Theil, outras duas medidas de desigualdade. Observa-se comportamento semelhante ao verificado para a *razão de Kuznets*, o que vem somente confirmar os resultados obtidos para este último indicador. A grande maioria dos municípios vem aumentando o Índice de Gini, portanto, a sua desigualdade de renda. Para a ZID apenas Jaguaribara apresentou um comportamento que pode ser considerado estável no período em foco.

TABELA 4 – Indicadores sintéticos da desigualdade de renda, 1991 e 2000 – ZEE do Jaguaribe no Estado do Ceará.

Município	10% mais Ricos/40% + Pobres, 1991	10% mais Ricos/40% + Pobres, 2000	20% mais Ricos/40% + Pobres, 1991	20% mais Ricos/40% + Pobres, 2000	Índice de Gini, 1999	Índice de Gini, 2000	Índice de Theil, 1991	Índice de Theil, 2000
Alto Santo	11,55	20,57	8,04	14,05	0,48	0,57	0,40	0,49
Dep. Irapuan Pinheiro	19,76	24,74	12,62	16,86	0,56	0,60	0,59	0,67
Ererê	31,35	21,28	18,61	15,22	0,62	0,59	0,70	0,55
Ibicutinga	14,86	25,43	10,72	18,14	0,51	0,57	0,45	0,40
Iracema	13,05	39,28	9,24	25,63	0,50	0,65	0,44	0,62
Itaiçaba	10,86	17,83	8,20	12,89	0,50	0,54	0,45	0,50
Jaguaretama	14,31	19,06	9,77	13,15	0,52	0,56	0,47	0,50
Jaguaribara	17,00	16,28	11,60	11,62	0,55	0,54	0,53	0,52
Jaguaribe	20,27	29,48	12,85	18,43	0,59	0,64	0,62	0,75
Jaguaruana	10,86	22,51	7,87	15,51	0,47	0,58	0,4	0,54
Limoeiro do Norte	14,15	22,01	9,49	14,36	0,52	0,59	0,47	0,58
Milha	11,29	17,54	8,09	12,36	0,49	0,55	0,44	0,52
Morada Nova	13,77	17,03	9,3	11,62	0,52	0,55	0,46	0,53
Orós	14,30	19,90	10,10	14,22	0,52	0,56	0,47	0,54
Palhano	12,16	27,59	9,18	19,06	0,49	0,58	0,41	0,49
Pereiro	24,66	80,11	16,15	52,74	0,61	0,68	0,67	0,71
Potiretama	14,59	59,16	9,94	43,68	0,54	0,65	0,51	0,53
Quixeré	11,48	13,83	8,01	9,88	0,49	0,52	0,42	0,46
Russas	18,59	17,29	12,01	11,81	0,57	0,55	0,59	0,47
São João do Jaguaribe	11,13	21,43	8,00	13,87	0,48	0,57	0,40	0,58
Solonópole	18,46	14,32	11,96	10,40	0,57	0,52	0,59	0,46
Tabuleiro do Norte	15,54	19,41	10,30	13,27	0,54	0,56	0,50	0,54

Fonte: PNUD/ONU(2002)

3.3 Indicadores de Pobreza

Analisando-se a Tabela 5, observa-se que a percentagem de indigentes, a percentagem de pobres e as percentagens de crianças indigentes e pobres reduziram-se durante o período de 1991 a 2000. A presente tabela foi calculada admitindo a pobreza medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000. A linha de indigência foi, portanto, de R\$ 37,75. Apesar das reduções experimentadas, os valores destes indicadores ainda são muito altos. Em 2000, a percentagem de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 75,50 variou de um valor mínimo de 53,38% em Tabuleiro do Norte a um máximo de 78,84 em Pereiro. A título de comparação, dentre os municípios do Estado do Ceará, quem apresentou menor valor foi Fortaleza, com 33,30%.

Para a ZID a percentagem de pobres, em 2000, em escala decrescente, foi de 68,80 em Jaguaribe, 67,46 em Jaguaretama, 65,46 em Jaguaribara e 64,25 em Alto Santo.

A Tabela 6 apresenta as informações relativas as pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes e as classes de rendimento nominal mensal para o ano de 2000. Para a ZID observa-se que a pior situação é de Jaguaretama (64,64%), pois apresenta os maiores percentuais de população com rendimentos de até um salário mínimo (S.M.), sendo acompanhada por Nova Jaguaribara (62,17%), Jaguaribe (60,31%) e Alto Santo (51,83%). Em Nova Jaguaribara, por exemplo, 80,05% da população tinham renda igual ou inferior a dois salários mínimos (que era de R\$ 151,00/mês) e apenas 2,73% percebiam entre mais de 5 a 10 S.M., 1,46% de mais de dez a menos de 20 S.M., e apenas 0,29% perfaziam mais de 20 S. M.. Em Alto Santo a situação torna-se mais grave na medida que 13,36% da população não tem nenhum rendimento; em Jaguaribe este percentual é de quase 6%; Nova Jaguaribara, 3,32% e, por fim, Jaguaretama com 0,67%.

Para todos os municípios da região, a situação que predomina é sempre de elevado percentual de pessoas com rendimentos de até 1S.M.. As melhores situações são de Limoeiro do Norte, que concentra o menor percentual (46,47%) da população nesta faixa, e de Russas com 49,75%.

TABELA 05 – Indicadores de pobreza, 1991 e 2000 – ZEE do Jaguaribe no Estado do Ceará.

Município	% de Indigentes, 1991	% de Indigentes, 2000	% de Pobres, 1991	% de Pobres, 2000	% de Crianças Indigentes, 1991	% de Crianças Indigentes, 2000	% de Crianças Pobres, 1991	% de Crianças Pobres, 2000	Intensidade da Pobreza, 1991	Intensidade da Pobreza, 2000	Intensidade da Indigência, 1991	Intensidade da Indigência, 2000
Alto Santo	45,11	35,08	77,46	64,25	57,13	46,60	85,89	75,95	53,55	53,17	40,76	56,86
Dep. Irapuan Pinheiro	57,97	44,29	84,48	69,00	68,69	59,64	89,49	82,72	60,71	59,94	48,89	56,55
Ererê	72,04	47,79	89,30	71,88	81,78	63,34	93,14	84,37	68,27	61,64	54,32	57,89
Ibicuitinga	55,17	47,32	82,53	73,39	62,48	61,16	86,49	83,40	59,23	59,93	49,28	58,34
Iracema	52,73	40,04	84,68	63,43	60,81	53,25	89,49	74,97	57,75	60,82	50,57	63,07
Itaicaba	53,14	42,05	80,57	68,84	65,09	54,54	88,19	78,63	58,20	54,39	43,60	50,28
Jaguaratama	56,54	39,26	83,53	67,46	69,82	51,26	90,44	78,69	59,00	55,80	45,21	51,43
Jaguaribara	47,13	36,88	75,16	65,46	59,33	50,05	82,80	77,62	56,39	52,78	44,75	49,51
Jaguaribe	52,65	37,14	78,13	68,80	64,70	50,53	83,41	77,13	57,37	53,70	41,06	48,58
Jaguaruana	42,00	37,50	74,99	67,48	53,20	49,34	84,75	78,56	51,90	55,71	39,18	59,87
Limoeiro do Norte	34,33	26,05	66,43	53,39	45,79	36,43	75,14	68,21	49,09	48,83	35,14	52,23
Milha	10,19	39,57	91,34	68,40	83,07	56,55	95,34	85,52	64,90	53,55	50,10	50,99
Morada Nova	50,21	33,73	78,94	64,95	61,50	46,91	85,56	77,76	55,73	50,05	40,90	46,97
Orós	54,00	42,43	79,82	69,26	64,83	56,29	86,57	82,47	58,10	56,89	44,56	54,04
Palhano	64,48	46,64	87,29	75,01	74,67	62,08	92,91	86,37	63,74	58,53	50,85	56,07
Pereiro	75,79	57,54	87,96	78,84	83,73	73,46	92,65	90,31	72,24	67,69	58,11	68,54
Potiretama	67,21	54,68	88,52	75,05	77,73	66,96	92,98	83,91	64,45	68,64	50,81	69,80
Quixeré	42,89	37,10	77,26	69,31	55,81	50,07	84,88	81,37	51,19	49,60	39,58	42,50
Russas	36,08	27,75	66,64	55,78	47,29	37,76	75,35	68,10	51,32	49,13	39,91	49,24
São João do Jaguaribe	37,55	32,53	71,18	60,42	48,43	44,73	80,31	73,96	50,11	49,65	38,34	45,17
Solonópole	62,16	38,24	87,01	66,82	72,17	53,16	91,34	80,34	62,64	52,11	50,11	46,32
Tabuleiro do Norte	33,72	32,46	69,64	53,38	45,76	48,42	79,75	71,03	46,68	52,95	36,19	44,77

Fonte: PNUD/ONU(2002)

TABELA 6 - Valores absolutos e percentagens das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes e classes de rendimento nominal mensal

Municípios	Classes de rendimento nominal mensal (2000)																	
	Total		Até 1/2 s.m		Mais de 1/2 a 1 s.m		Mais de 1 a 2 s.m		Mais de 2 a 5 s.m		Mais de 5 a 10 s.m		Mais de 10 a 20 s.m		Mais de 20 s.m		S/ rendimento	
	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%
Alto Santo	3.668	100,00	308	8,40	1.593	43,43	740	20,17	374	10,20	122	3,33	29	0,79	12	0,33	490	13,36
D. Irap.Pinheiro	2.148	100,00	725	33,75	808	37,62	384	17,88	156	7,26	38	1,77	10	0,47	8	0,37	19	0,88
Ererê	1.387	100,00	186	13,41	622	44,84	238	17,16	117	8,44	36	2,60	12	0,87	4	0,29	172	12,40
Ibicuitinga	2.201	100,00	241	10,95	929	42,21	335	15,22	125	5,68	39	1,77	5	0,23	2	0,09	525	23,85
Iracema	3.231	100,00	265	8,20	1.384	42,84	589	18,23	335	10,37	132	4,09	37	1,15	15	0,46	474	14,67
Itaiçaba	1.684	100,00	240	14,25	747	44,36	258	15,32	126	7,48	40	2,38	5	0,30	1	0,06	267	15,86
Jaguaretama	4.323	100,00	583	13,49	2.211	51,15	869	20,10	445	10,29	135	3,12	32	0,74	19	0,44	29	0,67
Jaguaribe	8.449	100,00	1.110	13,14	3.985	47,17	1.571	18,59	790	9,35	308	3,65	119	1,41	61	0,72	505	5,98
Jaguaruana	7.324	100,00	728	9,94	3.155	43,08	1.203	16,43	464	6,34	175	2,39	52	0,71	28	0,38	1.519	20,74
Limoeiro do Norte	12.497	100,00	803	6,43	5.004	40,04	2.655	21,25	1.441	11,53	644	5,15	249	1,99	105	0,84	1.596	12,77
Milhã	3.236	100,00	740	22,87	1.669	51,58	529	16,35	192	5,93	61	1,89	15	0,46	12	0,37	18	0,56
Morada Nova	15.367	100,00	1.932	12,57	7.152	46,54	3.024	19,68	1.391	9,05	507	3,30	126	0,82	48	0,31	1.187	7,72
Nova Jaguaribara	2.049	100,00	316	15,42	958	46,75	422	20,60	193	9,42	56	2,73	30	1,46	6	0,29	68	3,32
Orós	5.696	100,00	1.078	18,93	2.510	44,07	828	14,54	370	6,50	156	2,74	49	0,86	20	0,35	685	12,03
Palhano	1.905	100,00	312	16,38	978	51,34	283	14,86	117	6,14	24	1,26	9	0,47	4	0,21	178	9,34
Pereiro	3.435	100,00	714	20,79	1.503	43,76	484	14,09	152	4,43	77	2,24	15	0,44	8	0,23	482	14,03
Potiretama	1.388	100,00	176	12,68	491	35,37	228	16,43	93	6,70	29	2,09	6	0,43	4	0,29	361	26,01
Quixeré	4.230	100,00	643	15,20	1.800	42,55	1.127	26,64	421	9,95	94	2,22	32	0,76	17	0,40	96	2,27
Russas	13.745	100,00	793	5,77	6.045	43,98	2.616	19,03	1.565	11,39	565	4,11	179	1,30	66	0,48	1.916	13,94
S. J. do Jaguaribe	2.428	100,00	387	15,94	1.064	43,82	412	16,97	177	7,29	60	2,47	25	1,03	12	0,49	291	11,99
Solonópole	4.273	100,00	736	17,22	2.251	52,68	734	17,18	272	6,37	86	2,01	27	0,63	11	0,26	156	3,65
Tabuleiro do Norte	7.079	100,00	689	9,73	3.129	44,20	1.381	19,51	818	11,56	304	4,29	90	1,27	37	0,52	631	8,91

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Nota: 1- Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00

V.A = Valor Absoluto

4. CONCLUSÕES

A avaliação do nível de renda da população que compõe as zonas de influências direta e indireta do ZEE do Castanhão, totalizaram 22 municípios. Observou-se que, em termos gerais, os municípios apresentaram, em 1991, rendas *per capita* muito baixas e que, mesmo após uma década, a situação ainda é muito precária.

O indicador de renda *per capita* teve como um dos objetivos caracterizar as reais possibilidades de consumo da população local, mostrando a precária situação, em termos de condição de vida e dinâmica econômica, desses municípios.

Observa-se também que a percentagem da renda proveniente de transferências governamentais, nos municípios da área de influência direta, apresenta uma relação inversa com o percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho. Os resultados indicam a carência de ocupação e emprego que existem nesses municípios. A participação do governo na vida do município, através da renda proveniente de transferências governamentais também é marcante.

Analisando a renda domiciliar, percebe-se que a desigualdade de renda piorou para todos os municípios da amostra, ou seja, o percentual da renda apropriado pelos 20% mais pobres da população de todos os municípios do Ceará piorou, e constata-se o comportamento de elevada concentração de renda nas mãos de poucos.

Evidenciou-se que o comportamento do Estado é o mesmo para os 22 municípios que compõem tanto a zona de influência direta como indireta do ZEE do Castanhão, ou seja, vem aumentando a população pobre por parcela ou faixa de renda apropriada.

Constata-se que no período de 1991 a 2002 houve melhora do IDH para todos os municípios que compõe o ZEE. No entanto, apesar da melhora verificada nesse período, os IDH são ainda considerados baixos, considerando-se que sua escala vai de zero a um. Conclui-se que todos os municípios da ZID podem ser considerados de baixo desenvolvimento humano.

Os resultados da razão de Kuznets e do Índice de Gini para os municípios que compõem o ZEE do Jaguaribe mostraram que no período 1991 a 2000, as duas razões entre os 10% e 20% mais ricos relativamente aos 40% mais pobres aumentaram, praticamente, para quase todos os municípios, indicando que se acentuaram as desigualdades de distribuição de renda.

Observou-se que a percentagem de indigentes, a percentagem de pobres e as percentagens de crianças indigentes e pobres reduziram-se durante o período de 1991 a 2000.

As informações relativas as pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes e as classes de rendimento nominal mensal para o ano de 2000 mostraram um elevado percentual de pessoas com rendimentos de até 1S.M.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Ricardo Paes de. Evolução recente da pobreza e da desigualdade: marcos reliminares para a política social no Brasil. In: **programas de seminários acadêmicos**, 1 Brasília, 2000.

CEPAL/IPEA/PNUD. **Meeting the millenium poverty reduction targets in Latin America and the Caribbean**. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.

CORRÊA, Angela M. C. Evolução do rendimento médio, desigualdade e pobreza entre as pessoas ocupadas na agricultura brasileira : uma análise regional do período 1981-98. Rio de Janeiro: IPEA (Seminários), 2000.

FERREIRA, Francisco H. G., LANJOUW, Peter, NERI, Marcelo. **A new poverty profile for Brazil, using PPV, PNAD and Census data.** Rio de Janeiro: PUC. Departamento de Economia, mar. 2000. (Texto para Discussão, n. 418).

GARCIA, Ronaldo C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental.** Brasília: IPEA, 2001. Texto para Discussão, n. 776).

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, SP : UNICAMP.IE, 1996.

HOFFMANN, Rodolfo. **A distribuição de renda no Brasil no período 1993-99.** Campinas: Unicamp. IE, 2001. (Mimeo.)

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília: INCRA, 2000. 74p.

LEITE, Pedro Sisnando. Desenvolvimento econômico e combate à pobreza rural no Nordeste do Brasil. In: LEITE, Pedro Sisnando, (Org.). **Estratégia e planejamento do desenvolvimento rural regional integrado.** Fortaleza : UFC/BNB, 1994.

LIMA, Ricardo Chaves; MARIANO, Jorge Luiz. A desigualdade da renda rural no Nordeste: uma análise de decomposição do índice de Gini. In: **(Des)Equilíbrio econômico & agronegócio.** Viçosa : UFV, DER, 1999. p. 121-132.

TAKAGI, M., GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. **Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil.** Campinas: Unicamp. IE, 2001. (Texto para Discussão, n. 101).